

**APLICAÇÃO DO USO DA FORÇA PARA MINIMIZAR RISCO IMINENTE AO
ATO DE RESISTÊNCIA DO SUSPEITO A APROXIMAÇÃO DO POLICIAL
MILITAR: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS**

APPLICATION OF THE USE OF FORCE TO MINIMIZE THE RISK IMMINENT
TO THE SUSPECT'S ACT OF RESISTANCE TO THE APPROACH OF MILITARY
POLICE OFFICERS: STUDY IN THE MUNICIPALITY OF ÁGUAS LINDAS

Aluno: Francisco Carlos Aquino Brandão Filho
Prof Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal investigar a eficácia e a legalidade das abordagens utilizadas pelos policiais militares do Município de Águas Lindas em situações de resistência por parte dos suspeitos, sendo analisado os fatores que levam à necessidade do uso da força, bem como as consequências e impactos dessas ações sobre a segurança pública e os direitos individuais. Foi utilizado como abordagem de pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários. A população-alvo foi composta por policiais militares de Águas Lindas que atuam em situações de resistência no 17º Batalhão de Águas Lindas. Os dados foram coletados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, através de um questionário fechado que foi distribuído e respondidos pelos policiais militares no local de trabalho. A análise dos dados utilizou-se com técnicas estatísticas, buscando identificar padrões e relações entre os procedimentos adotados em formato de gráfico e tabela. A conclusão baseou-se em sugestões importante para o uso adequado da força por parte dos policiais militares é a ênfase na comunicação e no diálogo como primeiras ferramentas de abordagem em situações de resistência. O treinamento constante em técnicas de negociação e mediação de conflitos pode contribuir significativamente para a redução da necessidade do uso da força física. Além disso, investir em tecnologias e equipamentos não letais, como sprays de pimenta, tasers e armas de choque, pode oferecer alternativas mais seguras e eficazes em situações de resistência, reduzindo a probabilidade de danos físicos tanto para os policiais quanto para os indivíduos envolvidos.

Palavras-chave: Uso da Força; Policial Militar; Resistência; Técnicas não letais.

ABSTRACT

The main objective of the research is to investigate the effectiveness and legality of the approaches used by the military police officers of the Municipality of Águas Lindas in situations of resistance by suspects, analyzing the factors that lead to the need to use force, as well as the consequences and impacts of these actions on public safety and individual rights. It was used as a quantitative research approach through the application of questionnaires. The target population was made up of military police officers from Águas Lindas who work in resistance situations in the 17th Battalion of Águas Lindas. Data were collected during the months of

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

January and February 2024, through a closed questionnaire that was distributed and answered by military police officers at the workplace. Data analysis used statistical techniques, seeking to identify patterns and relationships between the procedures adopted in graph and table format. The conclusion was based on important suggestions for the appropriate use of force by military police officers and the emphasis on communication and dialogue as the first tools of approach in situations of resistance. Constant training in conflict negotiation and mediation techniques can significantly contribute to reducing the need to use physical force. Additionally, investing in non-lethal technologies and equipment, such as pepper sprays, Tasers and stun guns, can provide safer and more effective alternatives in resistive situations, reducing the likelihood of physical harm to both officers and the individuals involved.

Keywords: Use of Force; Military police; Resistance; Non-lethal techniques.

1 INTRODUÇÃO

A aplicação do uso da força por parte dos policiais militares durante a abordagem de suspeitos é um tema de extrema importância e relevância nos dias atuais. A aproximação de um policial militar a um suspeito pode desencadear reações de resistência, o que pode representar um risco iminente tanto para o agente de segurança quanto para terceiros presentes no local. Nesse contexto, é fundamental compreender como a força é empregada nesses momentos delicados, buscando minimizar os riscos e garantir a segurança de todos os envolvidos.

No Município de Águas Lindas, localizado próximo da região metropolitana de Brasília, essa questão se mostra ainda mais complexa. A região enfrenta desafios relacionados à criminalidade e à violência urbana, exigindo uma atuação estratégica e eficiente das forças policiais. Diante disso, torna-se necessário realizar um estudo aprofundado sobre a aplicação do uso da força durante a aproximação do policial militar ao suspeito nesse contexto específico. Todavia, o estudo no Município de Águas Lindas permitirá fornecer subsídios para o aprimoramento das abordagens policiais, visando à promoção da segurança e ao respeito aos direitos individuais dos suspeitos envolvidos.

A aplicação do uso da força para minimizar o risco iminente ao ato de resistência do suspeito é um tema de extrema relevância para diversos setores da sociedade. Em primeiro lugar, a sociedade como um todo se beneficia de um trabalho eficiente da Polícia Militar nesse sentido, pois garante a segurança e a proteção dos cidadãos diante de situações de perigo.

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

Além disso, a Polícia Militar também se beneficia com o estudo e a compreensão dessa temática. O conhecimento sobre a aplicação adequada da força contribui para uma atuação mais precisa e consciente por parte dos policiais, evitando excessos e garantindo que as ações sejam proporcionais e necessárias. Isso fortalece a confiança da população na instituição e contribui para uma relação mais harmoniosa entre polícia e comunidade.

Aborda a aplicação do uso da força como estratégia para minimizar o risco iminente ao ato de resistência por parte de suspeitos durante a aproximação de policiais militares. O estudo foi realizado no Município de Águas Lindas, onde foram analisados os procedimentos adotados pelos agentes de segurança pública nesses casos específicos, visando compreender as medidas utilizadas para garantir a segurança tanto dos policiais quanto dos suspeitos envolvidos.

De acordo com esse contexto, a problemática da pesquisa visa responder: quais as ações e procedimentos realizados pelos policiais militares do 17º Batalhão do Município de Águas Lindas na aplicação do uso da força na abordagem do suspeito mediante resistência? A abordagem busca minimizar os riscos, garantir a segurança e eficácia e a legalidade de todos os envolvidos?

A pesquisa tem como objetivo principal investigar a eficácia e a legalidade das abordagens utilizadas pelos policiais militares do Município de Águas Lindas em situações de resistência por parte dos suspeitos. Serão analisados os fatores que levam à necessidade do uso da força, bem como as consequências e impactos dessas ações sobre a segurança pública e os direitos individuais.

Os objetivos específicos da pesquisa são: Analisar os procedimentos adotados pelos policiais militares de Águas Lindas em situações de resistência, avaliando sua conformidade com as leis e regulamentos vigentes; Investigar os fatores que levam ao uso da força por parte dos policiais militares em confrontos com suspeitos, identificando possíveis pontos de melhoria na abordagem; Avaliar as consequências e impactos das abordagens utilizadas pelos policiais militares em situações de resistência, considerando tanto a segurança pública quanto os direitos individuais dos envolvidos. Foi utilizado como abordagem de pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários. A população-alvo foi composta por policiais militares de Águas Lindas que atuam em situações de resistência no 17º Batalhão de Águas Lindas.

Os dados foram coletados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, através de um questionário fechado que foi distribuído e respondidos pelos policiais militares no local de trabalho. A análise dos dados utilizou-se com técnicas estatísticas, buscando identificar padrões e relações entre os procedimentos adotados, o uso da força e suas consequências em relação à conformidade com as leis e regulamentos vigentes, bem como os impactos na segurança pública e nos direitos individuais dos envolvidos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IMPORTÂNCIA DO PREPARO FÍSICO NO PROCEDIMENTO DE ABORDAGEM POLICIAL

O preparo físico é um aspecto crucial para a eficácia e segurança dos policiais durante o procedimento de abordagem. A atividade policial é uma das mais desafiadoras e perigosas, e exige que os policiais estejam em ótima forma física para lidar com situações adversas e estressantes. O preparo físico adequado pode ajudar a melhorar a resistência, a força e a agilidade dos policiais, permitindo que eles se movam rapidamente e reajam a situações imprevistas. Além disso, o preparo físico pode ajudar a reduzir o risco de lesões e doenças relacionadas ao trabalho, como lesões nas costas, tendinites e doenças cardíacas (CAMPOS, 2011).

O preparo físico é de extrema importância no procedimento de abordagem policial. Em primeiro lugar, um bom condicionamento físico permite que o policial execute suas funções com eficiência e segurança. Durante uma abordagem, o preparo físico adequado pode ser crucial para lidar com situações de alto estresse e exigir esforço físico.

Além disso, a resistência física é fundamental para sustentar longos períodos de vigilância e perseguição, aspectos essenciais no cotidiano policial. Um policial bem preparado fisicamente tem mais chances de evitar lesões e desempenhar suas funções de maneira mais eficaz em diversas situações. O preparo físico também pode ajudar a melhorar a confiança e a autoestima dos policiais, o que pode ser fundamental para o sucesso do procedimento de abordagem (LIMA, 2006).

Quando os policiais estão em boa forma física, eles se sentem mais confiantes em suas habilidades e capacidades, o que pode ajudá-los a tomar decisões mais rápidas e precisas durante o procedimento de abordagem. O preparo físico pode ajudar a melhorar a imagem pública da polícia, mostrando que os policiais são profissionais altamente treinados e capazes. No entanto, é importante lembrar que o preparo físico não é a única habilidade necessária para o procedimento de abordagem (SOARES, 2012).

Ademais, o preparo físico adequado contribui para a saúde geral do policial, prevenindo lesões musculares e problemas de saúde relacionados à falta de condicionamento. Isso resulta em uma força de trabalho mais saudável e produtiva, capaz de cumprir suas responsabilidades com diligência e eficácia (FERREIRA, 2009).

Os policiais também precisam ter habilidades de comunicação eficazes, conhecimento jurídico e habilidades de resolução de conflitos para garantir que o procedimento de abordagem seja realizado de forma justa e equilibrada. Além disso, os policiais precisam estar cientes dos direitos dos cidadãos e agir de acordo com a lei durante o procedimento de abordagem.

O preparo físico também pode ajudar a melhorar a saúde mental dos policiais, o que é fundamental para o sucesso do procedimento de abordagem. A atividade policial pode ser extremamente estressante e traumática, e os policiais precisam estar preparados para lidar com o estresse e o trauma de forma saudável e eficaz. O preparo físico pode ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade, melhorando o humor e a qualidade do sono dos policiais (FERREIRA, 2009).

O preparo físico é uma habilidade fundamental para os policiais durante o procedimento de abordagem. Ele pode ajudar a melhorar a resistência, a força e a agilidade dos policiais, reduzir o risco de lesões e doenças relacionadas ao trabalho, melhorar a confiança e a autoestima dos policiais, melhorar a saúde mental dos policiais e melhorar a imagem pública da polícia (FAGUNDES, 2017).

No entanto, é importante lembrar que o preparo físico não é a única habilidade necessária para o procedimento de abordagem, e que os policiais também precisam ter habilidades de comunicação eficazes, conhecimento jurídico e habilidades de resolução de conflitos para garantir que o procedimento de abordagem seja realizado de forma justa e equilibrada.

Em situações difíceis a preparação física adequada permite que o policial militar mantenha o controle da situação em momentos de tensão, evitando reações impulsivas e agressivas que podem resultar em consequências indesejadas. Além disso, a resistência física é essencial para lidar com confrontos prolongados, garantindo que o policial possa se manter em condições de atuar eficazmente. Isso também contribui para a preservação da integridade do policial militar, possibilitando que ele execute suas funções com vigor e agilidade, mesmo sob condições adversas. A resistência física adequada também reduz o risco de lesões durante intervenções operacionais, assegurando que o policial possa desempenhar suas atribuições de forma segura e eficiente.

Além disso, Saboya (2016) ressalta que a preparação física do policial militar é crucial para garantir que ele possa responder de forma eficaz e proporcional em situações de risco iminente ao ato de resistência. A capacidade de reagir rapidamente e com assertividade pode ser determinante para controlar a situação sem recorrer a medidas extremas. Por outro lado, a falta de preparo físico adequado pode comprometer a atuação do policial militar em situações críticas, colocando em risco não apenas sua própria segurança, mas também a eficácia das operações policiais e a proteção da comunidade.

Diante disso, investir no preparo físico dos policiais militares é essencial para garantir que estejam aptos a lidar com o risco iminente ao ato de resistência. Treinamentos específicos e programas de condicionamento físico devem fazer parte da rotina desses profissionais, assegurando que estejam sempre preparados para enfrentar os desafios inerentes à sua função.

2.2 APLICAÇÃO DA FORÇA PELO POLICIAL MILITAR NO ATO DE RESISTÊNCIA

A aplicação da força pelo policial militar no ato de resistência é um tema complexo que demanda equilíbrio entre a necessidade de manter a ordem pública e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. O policial militar, ao se deparar com situações de resistência, deve agir com base nos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade (SANTOS, 2014).

O uso da força deve ser a última medida, precedido de tentativas de diálogo e mediação. Quando necessário, a força empregada deve ser proporcional à ameaça enfrentada, evitando-se

o uso excessivo ou desnecessário de meios coercitivos. Além disso, é fundamental que a atuação do policial seja pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela observância estrita das normas e procedimentos estabelecidos para o uso da força.

No momento em que um policial militar se depara com uma situação de resistência, é essencial que ele busque primeiramente a resolução do conflito por meios não violentos. O diálogo e a mediação devem ser priorizados, visando a preservação da integridade física de todos os envolvidos (RINCOSKI, 2003).

A formação e capacitação dos policiais militares são essenciais para que possam tomar decisões acertadas em situações de conflito, priorizando sempre a preservação da vida. O emprego da força deve ser justificado e documentado, garantindo a transparência e a prestação de contas à sociedade. Em síntese, a aplicação da força pelo policial militar no ato de resistência demanda ponderação, responsabilidade e compromisso com a preservação da vida e a manutenção da ordem pública.

Entretanto, diante de uma resistência ativa ou agressiva que represente risco iminente à vida do policial ou de terceiros, este pode se ver compelido a empregar a força necessária para conter a situação. Nesse contexto, a atuação policial deve ser pautada pela moderação e discernimento, evitando o uso desnecessário ou excessivo da força. A utilização da força pelo policial militar deve ser proporcional à gravidade da ameaça enfrentada, buscando-se sempre a solução do conflito com o mínimo impacto possível. A preservação da vida e o respeito aos direitos individuais devem nortear as ações dos agentes de segurança em tais circunstâncias (VAZ; LAZAROTTO, 2023).

É crucial ressaltar que o treinamento e capacitação dos policiais militares desempenham um papel fundamental na preparação para lidar com situações de resistência. O desenvolvimento de habilidades de negociação e gerenciamento de crises é essencial para a tomada de decisões acertadas em momentos críticos. Além disso, a transparência e accountability são aspectos imprescindíveis quando se trata do uso da força pelos policiais militares. A justificativa e documentação detalhada das ações tomadas em situações de resistência contribuem para a prestação de contas à sociedade e para o fortalecimento da confiança nas instituições de segurança (SILOTO, 2021).

A análise crítica das circunstâncias que envolvem a aplicação da força pelo policial militar no contexto da resistência é fundamental para o aprimoramento das políticas e práticas de segurança pública. A reflexão sobre as condições estruturais que influenciam tais situações é essencial para promover mudanças efetivas. Por fim, é necessário considerar que a busca por alternativas ao uso da força e a promoção do respeito aos direitos fundamentais são pilares para o fortalecimento do Estado democrático de direito. O equilíbrio entre o dever do policial em manter a ordem pública e o respeito irrestrito aos direitos individuais é um desafio constante (SANTOS, 2014).

Em síntese, a discussão sobre a aplicação da força pelo policial militar no ato de resistência requer uma abordagem holística e multifacetada, considerando tanto as dimensões legais e operacionais quanto as implicações éticas e sociais envolvidas nessas situações. Assim, é fundamental que as políticas públicas de segurança sejam orientadas pela promoção da dignidade humana e pela construção de uma cultura de paz, visando à construção de uma sociedade mais justa, segura e solidária para todos os cidadãos.

2.3 USO DA FORÇA POR POLICIAIS MILITARES EM CONFRONTOS COM SUSPEITO EM RISCO IMINENTE AO ATO DE RESISTÊNCIA

Monteiro Jr (2020) relata que o uso da força por policiais militares em confrontos com suspeitos em risco iminente ao ato de resistência é um tema complexo e controverso. Embora o uso da força seja muitas vezes necessário para proteger a vida dos policiais e do público em geral, ele também pode levar a abusos e violações dos direitos humanos. É importante que os policiais militares sejam treinados adequadamente para avaliar a situação e determinar o nível apropriado de força a ser usado.

Por isso, que o uso da força por policiais militares requer uma abordagem cuidadosa. Os policiais são treinados para avaliar cada situação individualmente, considerando fatores como a gravidade da ameaça, a segurança pessoal e a segurança pública. É crucial que os policiais estejam bem preparados para lidar com situações de risco iminente ao ato de resistência, compreendendo as técnicas apropriadas de abordagem e uso da força. O treinamento

adequado é fundamental para garantir que os policiais possam agir com discernimento e proporcionalidade em momentos críticos (OLIVEIRA, 2012).

Além disso, é importante ressaltar que o uso da força deve sempre ser um último recurso, utilizado somente quando estritamente necessário para proteger vidas ou prevenir danos graves. Os policiais devem buscar alternativas não violentas sempre que possível, priorizando a resolução pacífica de conflitos. Sendo assim, o uso da força letal deve ser o último recurso em qualquer situação. Os policiais militares devem primeiro tentar usar técnicas de controle e contenção não letais, como spray de pimenta, bastões e táticas de imobilização. Somente quando essas técnicas falham e a vida dos policiais ou do público está em risco iminente é que o uso da força letal deve ser considerado (ZALUAR, 2004).

A legislação e as diretrizes internas das instituições policiais geralmente estabelecem parâmetros claros para o uso da força, visando garantir que sua aplicação seja justa, proporcional e legal. O respeito aos direitos humanos e a integridade física dos envolvidos deve ser uma consideração primordial em qualquer operação policial.

Os policiais militares também devem ser treinados para avaliar a situação e determinar o nível apropriado de força a ser usado. Eles devem levar em consideração fatores como o tamanho e a força física do suspeito, a presença de armas ou outros objetos perigosos e o número de policiais presentes na cena. Além disso, os policiais militares devem ser treinados para avaliar a situação continuamente e ajustar o nível de força conforme necessário (ARAÚJO, 2014).

Ferreira (2009) afirma que é fundamental também que os policiais recebam suporte psicológico e emocional após situações de confronto, para lidar com o impacto emocional dessas experiências e prevenir traumas decorrentes do exercício de suas funções. Em resumo, o uso da força por policiais militares em confrontos com suspeitos em risco iminente ao ato de resistência é uma questão complexa que exige equilíbrio, discernimento e preparo adequado. A busca pela segurança pública deve sempre ser conciliada com o respeito aos direitos individuais e a preservação da vida.

É importante lembrar que o uso da força por policiais militares deve ser sempre proporcional à ameaça apresentada pelo suspeito. Os policiais militares não devem usar mais força do que é necessário para controlar a situação. Além disso, os policiais militares devem

ser responsabilizados por seu uso da força e devem ser investigados quando ocorrerem alegações de uso excessivo da força (PERSSON, 2011).

Em resumo, o uso da força por policiais militares em confrontos com suspeitos em risco iminente ao ato de resistência é um assunto complexo e controverso. Os policiais militares devem ser treinados adequadamente para avaliar a situação e determinar o nível apropriado de força a ser usado. O uso da força letal deve ser o último recurso em qualquer situação, e os policiais militares devem ser responsabilizados por seu uso da força.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa abordado neste artigo foi científico em questão tem como objetivo principal investigar a eficácia e a legalidade das abordagens utilizadas pelos policiais militares do Município de Águas Lindas em situações de resistência por parte dos suspeitos.

Para atingir esse objetivo, foram analisados os fatores que levam à necessidade do uso da força, bem como as consequências e impactos dessas ações sobre a segurança pública e os direitos individuais. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem quantitativa, utilizando questionários fechados para coletar dados de policiais militares de Águas Lindas que atuam em situações de resistência no 17º Batalhão de Águas Lindas.

Os dados foram coletados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, através de um questionário fechado que foi distribuído e respondidos pelos policiais militares no local de trabalho. A análise dos dados utilizou-se com técnicas estatísticas, buscando identificar padrões e relações entre os procedimentos adotados, o uso da força e suas consequências em relação à conformidade com as leis e regulamentos vigentes, bem como os impactos na segurança pública e nos direitos individuais dos envolvidos.

O levantamento de dados da pesquisa utilizou-se como técnicas quantitativas sob supervisão de uma abordagem de pesquisa que lida com dados numéricos e emprega técnicas estatísticas para obter informações objetivas e generalizáveis. Os dados coletados utilizaram-se uma subamostragem, ou seja, uma técnica que envolve a seleção de uma amostra menor dentro de uma amostra maior, com o objetivo de reduzir o custo e o tempo necessários para coletar dados.

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

As técnicas de subamostragem incluem amostragem aleatória simples, estratificada e por conglomerados. A amostragem aleatória simples envolve a seleção aleatória de elementos da população, enquanto a amostragem estratificada envolve a divisão da população em estratos e a seleção aleatória de elementos de cada estrato. A amostragem por conglomerados envolve a divisão da população em grupos e a seleção aleatória de grupos para inclusão na amostra.

Para alcançar a amostra da pesquisa foi utilizado como técnica o questionário fechado que serviu como coleta de dados, uma vez que envolve a apresentação de perguntas com opções de resposta pré-definidas. O Google Forms é uma ferramenta que permite a criação e distribuição de questionários online.

A análise dos dados coletados por meio do questionário fechados serviu para a realização da técnica estatística apresentada na pesquisa. Essas técnicas podem ajudar a identificar padrões e relações entre as variáveis, permitindo que os pesquisadores obtivessem informações objetivas e generalizáveis sobre a população em estudo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados coletados têm por objetivo demonstrar a eficiência e a legalidade das abordagens dos policiais militares do Município de Águas Lindas em situações de resistência por parte dos suspeitos, avaliando em conformidade com as leis e os regulamentos vigente. Sabe-se que o uso da força envolve um preparo do policial empregando estratégias de controle da violência, tendo como principal finalidade resguardar a integridade do cidadão e do policial, bem como delimitar as ações do Estado para que o agente não viole nenhum direito e, conseqüente, não cometa nenhum abuso ou direito, fazendo com que não cometa violência ou força.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida em forma de gráfico e tabela, cuja o objetivo é avaliar os procedimentos adotados pelos policiais de Águas Lindas com relação a abordagem do agente que apresentou resistência, sem que o mesmo viole a lei e os regulamentos vigentes.

A tabela 1, apresentou o perfil dos os policiais que participaram da pesquisa, sendo: 62,5 tem idade entre 26 a 30 anos; 56,3% têm menos de 6 meses de serviços na corporação da PM

de Goiás; 84,4%, são do sexo masculino; 53,1% são soldados do batalhão de Águas Lindas; e 78,1% dos pesquisados possuem curso superior.

Tabela 1 – Perfil dos Pesquisados

Perfil dos pesquisados		N.	%
Idade	18 – 25	4	12,5
	26 – 30	20	62,5
	Mais de 30 anos	8	25
Tempo de serviço	Menos de 6 meses	18	56,3
	Mais de 1 ano	2	6,3
	Mais de 2 anos	6	18,8
	Mais de 5 anos	6	18,8
Sexo	Masculino	27	84,4
	Feminino	5	15,6
Graduação/formação	1º SGT	4	12,4
	Cabo	2	6,3
	Soldado	17	53,1
	Engenheiro ambiental/Civil	3	9,4
	Gestão de segurança	3	9,4
	Gestão Pública	3	9,4
Formação educacional	Ensino Médio	1	3,1
	Superior	25	78,1
	Pós-Graduação	6	18,8

Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

A primeira fonte de dados da pesquisa foi questionada aos pesquisados se na abordagem policial é comum o agente identifica-se para o suspeito, 59,4% das pessoas que responderam a pesquisa disseram que sim, é comum que o policial se identifique. A abordagem policial sempre deve ser de forma tranquila, o nível de força somente será empregado pelo policial em caso de resistência que o cidadão oferece durante a abordagem.

De acordo o primeiro gráfico da pesquisa, é possível discorre que o uso diferenciado da força tem como objetivo principal proteger a integridade do cidadão e do policial, além de estabelecer limites para que o Estado não viole nenhum direito e, conseqüentemente, não cometa abusos ou excessos.

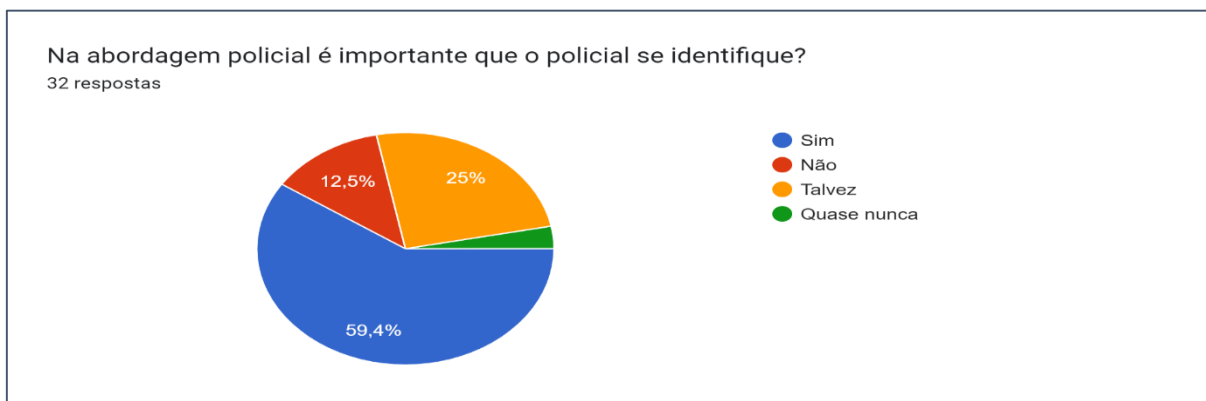
Por isso, é fundamental diferenciar a violência e a força. Enquanto a violência é arbitrária, truculenta e não respaldada pela lei, a força sempre está respaldada legalmente e é um ato discricionário. Portanto, podemos concluir que a diferença entre violência e força está no princípio da legalidade: enquanto a primeira não tem respaldo legal, a segunda deve necessariamente estar prevista em lei para ser considerada como tal.

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

Na abordagem do policial militar é fundamental que o mesmo se identifique, conforme resposta dos 59,4% dos pesquisados. É uma estratégia de controle externo atribuída ao serviço do PM no serviço na rua.

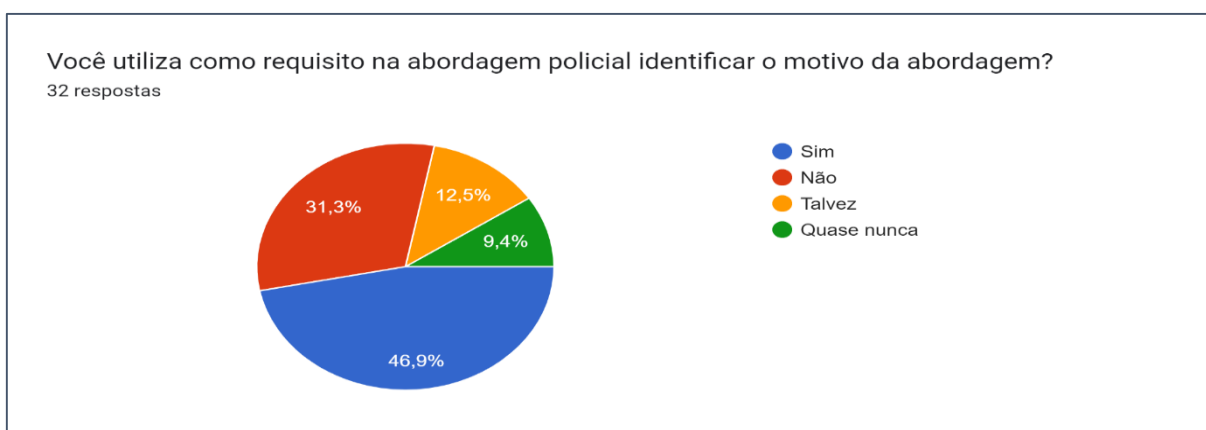
Gráfico 1 – Abordagem é importante que o policial se identifique



Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

Na abordagem do polícia militar existe algumas regras a ser seguida, dentre elas, se identificar, falar o motivo da abordagem, somente algema se o suspeito apresentar violência ou tentar fugir, ser revistado por pessoas do mesmo sexo, acompanhar revista no carro e pedir que tenha testemunha, dentro desse contexto, 46,9% dos pesquisados disseram que segue as regras de uma abordagem.

Gráfico 2 – Requisito na abordagem do policial militar



Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

Dessa forma, a força pressupõe superioridade e método, respeitando os direitos humanos. Ela fundamenta o monopólio estatal do uso da força, que respalda a autoridade legítima e universal no cotidiano dos cidadãos. Por outro lado, a violência é universal de forma negativa, pois todos podem recorrer a ela. É amadora, ilegal, ilegítima e improdutiva. Nossa tradição de usar violência para conter violência é incompetente e desqualifica uma atividade fundamental da polícia, que é a atividade repressiva qualificada.

A abordagem do policial quando o suspeito apresente resistência se necessário uso da força, todavia, os métodos têm que ser dentro da lei, e ainda, nos limites para que a abordagem do policial não ultrapasse a lei. Por isso, é importante que ele trate a pessoa com respeito, não agredir verbalmente, não coagir a confessar a prática do crime, pois a suspeito pode manter-se em silêncio durante o interrogatório, são algumas regras fundamentais no comportamento do policial, por isso, 93,8% dos pesquisados disseram ser necessário o uso da força pelo PM no caso de resistência do suspeito.

Gráfico 3 – Abordagem é importante que o policial se identifique



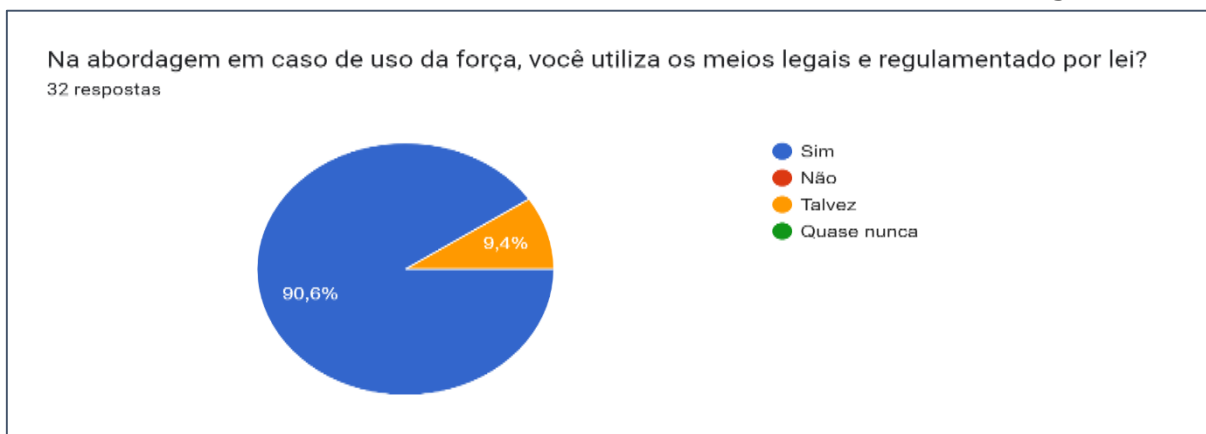
Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

No caso do uso da força é necessário que respeitar a lei, é direito do suspeito perante a Constituição Federal permanecer em silêncio, por força do inc. LXIII do art. 5º. Em recusa em falar com o policial não poderá ser usado contra o suspeito em caso de crime. Por isso, 90,3% dos pesquisados disseram que seguem a lei na abordagem do suspeito em caso do uso da força.

Gráfico 4 – Abordagem é importante que o policial se identifique

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

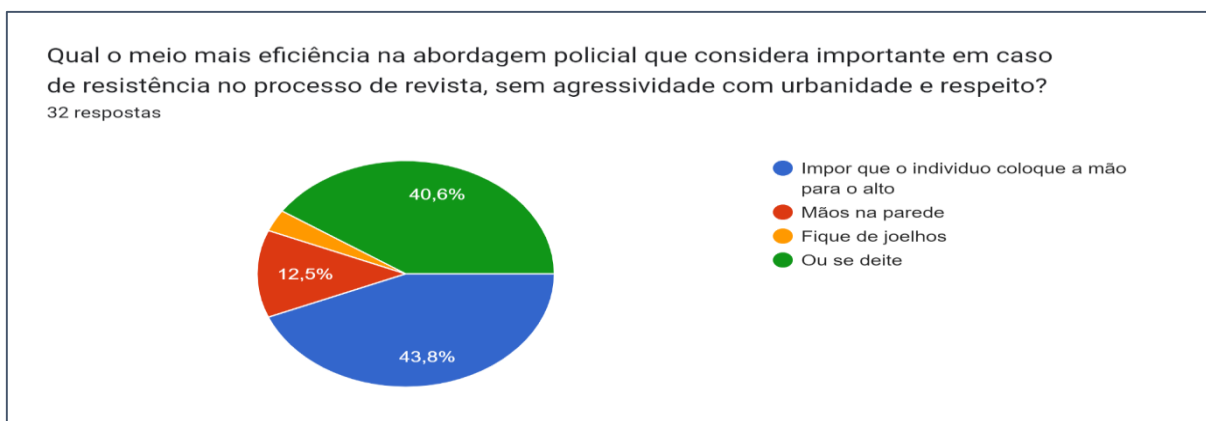


Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

Os meios legais na abordagem policial é essência, isso transmite confiança no trabalho do policial militar, eficiência no trabalho, mesmo que haja resistência do acusado no processo de registra, pois, uma abordagem sem agressividade, com humanidade e respeito, garante que o PM está seguindo a lei sem excessos.

De acordo com esse contexto, 40,6% dos pesquisados disseram que numa abordagem com resistência a primeira atitude é solicitar que o indivíduo colega a mão para o alto e 40,6% manda o suspeito se deitar. São dois tipos de abordagem correta em casos de abordagem de um suspeito.

Gráfico 5 – Meios eficiente de uma abordagem do policial Militar



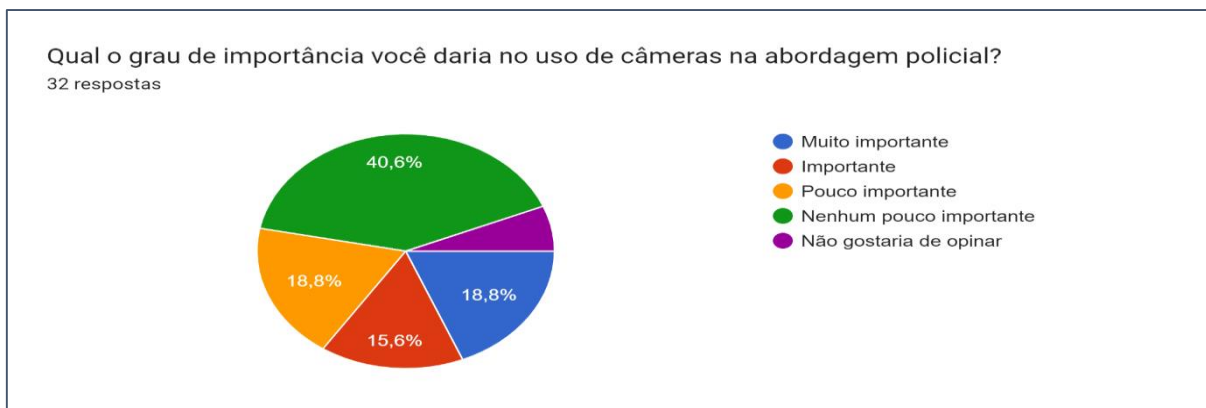
Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

A câmara é mais um método que corresponde a uma prova da conduta do PM na abordagem, todavia a Lei 12.965/2014, não configura crime o acesso ao conteúdo do seu aparelho se for autorizado mediante ordem judicial, conforme art. 7º do Marco Civil da Internet, Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

e inc. X e XII do art. 5º da CF de 1988, que garante o direito à intimidade, à vida privada e ao sigilo das comunicações. Todavia, depende do estado o uso de câmeras acopladas nos uniformes dos policiais e o registro de operações de abordagens ou atividades rotineiras. Todavia, 40,6% dos pesquisados acham que não tem nenhuma importância o uso das câmeras na abordagem policial, conforme descrito no gráfico 6.

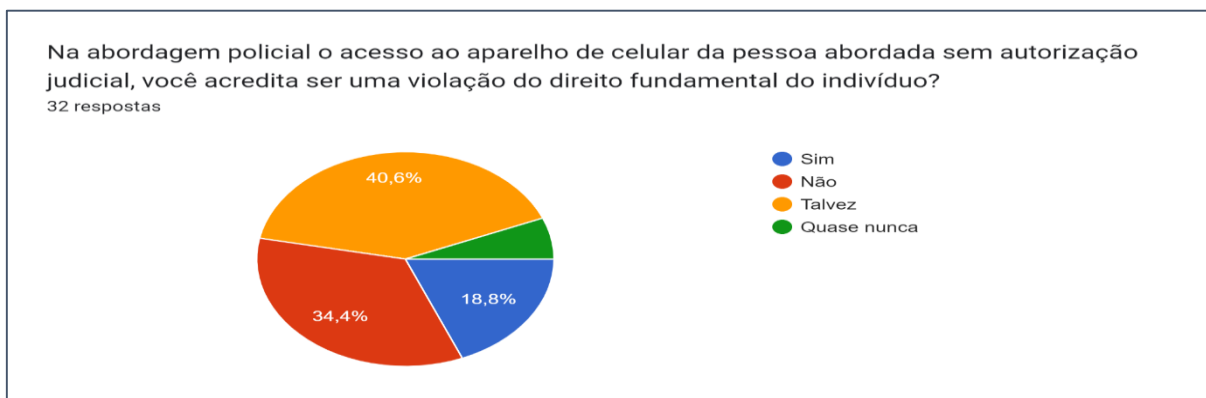
Gráfico 6 – Uso das Câmeras na abordagem policial



Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

É importante conhecer os direitos do indivíduo suspeito na abordagem policial, uma vez que o acesso aos dados e mensagens do aparelho celular é uma violação à intimidade do suspeito detido, podendo apenas acessar mediante ordem judicial conforme descrito acima, na Lei n. 12.965/2014. Por isso, o suspeito não precisa desbloquear o aparelho de celular, porém essa questão deixou dúvidas aos pesquisados, uns responderam que talvez com 40,6% e outros responderam que não com 34,4% do total de entrevistados.

Gráfico 7 - Acesso ao aparelho de celular da pessoa abordada sem autorização judicial



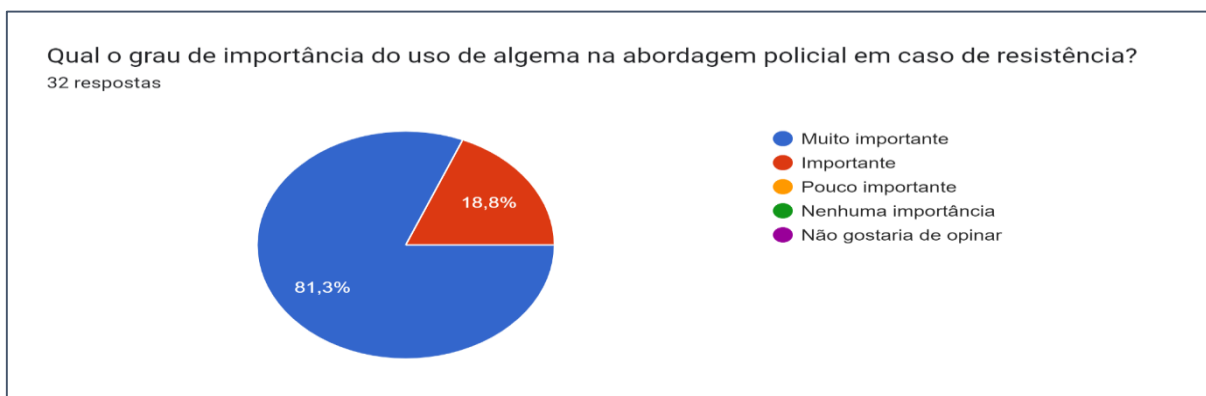
Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

No caso de resistência é fundamental o uso de algema, no gráfico 8, os pesquisados afirmam isso com 100%, dizendo ser muito importante e importante o uso do mesmo, no caso de uma pessoa apresentar contraposição a abordagem policial.

Gráfico 8 – Uso da algema na abordagem policial em caso de resistência



Fonte: Pesquisa no Batalhão de Águas Lindas (2024).

Reafirmando o que foi questionado nas questões fechadas da pesquisa, foi elaborado uma pergunta aberta, onde os pesquisados puderam acrescentar sua opinião em relação a abordagem policial em caso de uso da força, muitos não quiseram responder, mas os que colocaram sua opinião acrescentaram que:

- O uso de câmeras pelos policiais é de extrema importância, tanto para o policial se resguardar, quanto para a contribuição em um menor índice de abordagens violentas e desnecessárias.
- O uso progressivo da força é de suma importância e relevante para o sucesso da abordagem policial, resguardando assim a equipe policial e sociedade.
- A polícia enfrenta muitas dificuldades com relação ao uso da força, principalmente porque a sociedade não entende os procedimentos e julga como agressão.
- Sempre dentro dos parâmetros legais, inclusive legítima defesa
- Melhor ser julgado por 7 do que carregador por 6
- Câmera é boa se o policial comprar para uso próprio.
- Uso da força deve ser progressivo.
- Use a força necessária para o cumprimento da ordem
- Desempenhar de forma enérgica todas as abordagens. Tratar o cidadão de bem com respeito e quem não cooperar, deverá ser tratado de maneira mais ríspida, porém, dentro do que dispõe a lei (DADOS DA PESQUISA, 2024).

De acordo a abordagem da pesquisa, é possível acrescentar que o uso da força por parte do policial militar é uma ferramenta crucial para garantir a segurança da sociedade e dos próprios agentes. Quando utilizada de forma responsável e dentro dos limites legais, a força é essencial para conter situações de risco iminente e garantir a ordem pública.

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

No entanto, é fundamental ressaltar que o uso da força deve ser proporcional à situação e sempre pautado pela defesa da vida e integridade física, evitando assim qualquer forma de abuso de poder por parte dos agentes. Além disso, a utilização de equipamentos adequados para conter indivíduos que apresentam resistência na abordagem policial é fundamental para garantir a segurança tanto dos policiais quanto dos próprios suspeitos.

O uso de técnicas e instrumentos de contenção, como algemas e armas não letais, permite que a situação seja controlada de forma mais segura e eficaz, reduzindo o risco de danos físicos para ambas as partes envolvidas.

Portanto, é essencial que as forças policiais recebam treinamento constante sobre o uso adequado da força e dos equipamentos de contenção, visando sempre a preservação da vida e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. A conscientização sobre a importância dessas práticas contribui para uma atuação mais eficiente e justa por parte dos agentes de segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no que foi apresentado no decorrer do artigo, conclui-se que a polícia militar do 17º Batalhão de Polícia Militar de Águas Lindas, como instituição estatal, desempenha diversas funções na vida das pessoas. Sua característica distintiva reside na capacidade de usar a força quando necessário. Durante abordagens, a polícia enfrenta situações que podem exigir o uso efetivo da força, sendo assim, é crucial, todavia é importante seguir as normas que regulam esse uso, especialmente nos níveis iniciais de força.

Nesse caso, o uso da força pelos policiais militares 17º Batalhão de Polícia Militar de Águas Lindas torna-se de extrema importância para garantir a segurança da sociedade e a manutenção da ordem pública. Em situações de risco iminente ou resistência por parte de indivíduos, o uso controlado da força pode ser necessário para proteger a vida e a integridade física, tanto dos cidadãos quanto dos próprios agentes de segurança.

No entanto, é fundamental ressaltar que o uso da força deve ser proporcional à situação e pautado pela legalidade e ética, evitando abusos e garantindo o respeito aos direitos

fundamentais. O treinamento adequado e a capacitação constante dos policiais militares são essenciais para assegurar que o uso da força seja empregado de maneira responsável e justa.

O Manual de Abordagem da PM do Goiás estabelece cinco níveis de força: presença policial, advertência, intervenção física, uso de instrumentos de menor potencial ofensivo e uso de armamento letal. Apesar disso, o manual não detalha como os policiais devem agir quando as pessoas abordadas não obedecem aos comandos.

Considerando essas questões, surge a ideia de regulamentar o uso da força em âmbito nacional, focando nos níveis iniciais. No entanto, essa regulamentação pode ter limitações e até prejudicar a atuação policial. A discricionariedade é fundamental para os policiais, pois lhes permite escolher a ação adequada diante de cada situação, mesmo quando isso parece violar padrões profissionais.

Uma sugestão importante para o uso adequado da força por parte dos policiais militares é a ênfase na comunicação e no diálogo como primeiras ferramentas de abordagem em situações de resistência. O treinamento constante em técnicas de negociação e mediação de conflitos pode contribuir significativamente para a redução da necessidade do uso da força física.

Além disso, investir em tecnologias e equipamentos não letais, como sprays de pimenta, tasers e armas de choque, pode oferecer alternativas mais seguras e eficazes em situações de resistência, reduzindo a probabilidade de danos físicos tanto para os policiais quanto para os indivíduos envolvidos. A utilização desses recursos deve ser respaldada por políticas claras e treinamento específico.

Portanto, a capacitação em técnicas de comunicação, o investimento em tecnologias não letais e a implementação de políticas militares do 17º Batalhão de Polícia Militar de Águas Lindas que priorizem o uso progressivo da força são sugestões importantes para aprimorar o trabalho dos policiais militares na abordagem policial, visando sempre a preservação da vida e o respeito aos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Temístocles Telmo Ferreira; DUTRA, Walterlins; OLIVEIRA, Robinson Cabral de; COSTA JR, Eurico Alves. Uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública. **Revista Jus**, 2014. Disponível em: < [Uso progressivo da](#)

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

[força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública - Jus.com.br](https://jus.com.br)
| Jus Navigandi> Acesso em: 3 jan. 2024.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Educação e qualificação do policial militar para uso da força**. Goiânia. 2011, p. 145 e 146

FAGUNDES, Diego Vinícios Araújo. Uso legal e progressivo da força na atividade policial. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4950, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55134>. Acesso em: 6 jan. 2024.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares**: estudo de caso na cidade do Recife-PE. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009. Disponível em: . Acesso em 27 dez 2023.

LIMA. João Cavallim de. **Atividade Policial e o Confronto Armado**. Curitiba: Juruá, 2006.

MELLO, Blayton Vanni de. **A legalidade da abordagem policial na legislação brasileira**. 2017 44f Monografia apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Direito ao curso de Direito da Faculdade de Sabará.

MONTEIRO JUNIOR, Gerson de Jesus. O uso da força policial em relação aos direitos humanos. In: Direito Penal e Criminologia: Perspectivas e Desafios. SANTORO, Antônio Eduardo Ramires et. al (ORG.). Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, p. 498-505

MORAES, Eliakim de Sousa. **Uso diferenciado da força**: a importância dos instrumentos de menor potencial ofensivo na segurança pública. 2019 56f Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito a Universidade Federal de Tocantins.

OLIVEIRA, Nuno Miguel Dourado. Análise do Grau de Satisfação dos Elementos Policiais da PSP, em Relação à Formação e Adequação da Defesa Pessoal. (Dissertação –Mestrado em Ciências Policiais). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2012. 103 p

PERSSON, Eduardo Moreno. Embasamento legal do uso da força pelo policial militar. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3021, 9 out. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20084>. Acesso em: 6 jan. 2024.

RIANI, Marsuel Botelho. **O uso da força pelos encarregados de aplicação da lei à luz das excludentes de ilicitude**. 2008. 82 f. Monografia (Graduação em Direito) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

RINCOSKI, Fabio Luiz. **A defesa pessoal e sua relação com a qualidade do serviço prestado pelo policial militar.** (Monografia –Especialista em Administração Policial Militar). Universidade Federal do Paraná, 2003, 45 p.

SABOYA, Pâmela Costa Landim. **A relevância do treinamento técnico-profissional de natureza prática para a prestação de um serviço público de qualidade pela polícia militar.** Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016.

SILOTO, Paulo Renato Aparecido. A importância da habilitação do militar estadual da PMPRem instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO) –munição de impacto controlado (MIC) para a atuação policial militar. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v. 7, n. 10, p. 96017-96031, out. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournal.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/37123/pdf>. Acesso em: 05 jan 2024.

SOARES, Alexandre de Oliveira. **Treinamento físico:** a conjuntura atual nas Unidades Operacionais da polícia militar em Natal-RN. 2012. 68 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Segurança Pública, Centro de Pós-Graduação em Segurança Pública, PMPB, João Pessoa, 2012.

VAZ, João Eduardo Costa; LAZAROTTO, Adriano Cristiano. A importância do treinamento contínuo em defesa pessoal para a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v.9, n.7, p.21304-21319,jul., 2023.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobre e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Idade
2. Tempo de serviço
3. Sexo
4. Graduação/Formação
5. Na abordagem policial é importante que o policial se identifique?
 - a. ☐ sim
 - b. ☐ Não
 - c. ☐ as vezes
 - d. ☐ quase nunca
6. Você utiliza como requisito na abordagem policial identificar o motivo?
 - a. ☐ sim
 - b. ☐ Não
 - c. ☐ as vezes
 - d. ☐ quase nunca
7. Em caso de uma abordagem com resistência por parte do suspeito, você acredita ser necessário o uso da força?
 - a. ☐ sim
 - b. ☐ Não
 - c. ☐ as vezes
 - d. ☐ quase nunca
8. Na abordagem em caso de uso da força, você utiliza os meios legais e regulamentado por lei?
 - a. ☐ sim
 - b. ☐ Não
 - c. ☐ as vezes
 - d. ☐ quase nunca
9. Qual o meio mais eficiência na abordagem policial que considera importante em caso de resistência no processo de revista, sem agressividade com urbanidade e respeito?
 - a. ☐ Impor que o indivíduo coloque a mão para o alto
 - b. ☐ Mão na parede
 - c. ☐ fique de joelho
 - d. ☐ ou se deite

Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma Índia 10ª CIA, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carlosbgs99@gmail.com. Telefone: (61) 993531741

Professor Orientador: Everton Fernando Cavalcante de Jesus, Subtenente, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), Goiânia – GO, abril de 2024.

10. Qual o grau de importância você daria no uso de câmeras na abordagem policial?

- a. ☐ Muito importante
- b. ☐ Importante
- c. ☐ Pouco importante
- d. ☐ Nenhuma importância
- e. ☐ Não gostaria de opinar

11. Na abordagem policial o acesso ao aparelho de celular da pessoa abordada sem autorização judicial, você acredita ser uma violação do direito fundamental do indivíduo?

- a. ☐ sim
- b. ☐ Não
- c. ☐ as vezes
- d. ☐ quase nunca

12. Qual o grau de importância do uso de algema na abordagem policial em caso de resistência?

- a. ☐ Muito importante
- b. ☐ Importante
- c. ☐ Pouco importante
- d. ☐ Nenhuma importância
- e. ☐ Não gostaria de opinar

13. Gostaria de acrescentar alguma coisa sobre abordagem policial em caso de uso da força?